

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Ativo circulante			(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	5	359.956	482.072
Contas a receber de clientes	6	25.369	16.368
Créditos fiscais	7	7.430	5.234
Valores a receber	8	4.561	6.562
Outros ativos	9	4.181	7.182
		401.497	517.418
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Valores a receber	8	1.681	1.690
Depósitos judiciais	10	661.471	517.389
Créditos fiscais	7	74.931	71.437
Outros ativos	9	423	423
		738.506	590.939
Propriedade para investimento	11	8.219	9.050
Imobilizado	12	963.285	968.162
Intangível		10.355	2.141
		1.720.365	1.570.292
Total do ativo		2.121.862	2.087.710

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	30/06/2025	31/12/2024
Passivo circulante			(Reapresentado)
Fornecedores	13	9.483	13.801
Obrigações trabalhistas e assistenciais	14	40.038	26.878
Obrigações tributárias	15	148.462	165.758
Obrigações contratuais	16	9.817	12.834
Benefícios pós emprego	18	98.806	25.048
Receitas diferidas	17	23.151	48.851
		329.757	293.170
Passivo não circulante			
Obrigações tributárias	15	592.892	538.974
Obrigações contratuais	16	158.081	154.093
Benefícios pós emprego	18	801.821	204.369
Provisão para contingências	19	690.740	2.095.314
Adiant. futuro aumento de capital	20	332.734	389.836
		2.576.268	3.382.586
Patrimônio líquido			
Capital social	21	2.162.322	2.162.322
Adiant. futuro aumento de capital	20	267.184	190.012
Outros resultados abrangentes		115.016	121.820
Prejuízos acumulados		(3.328.685)	(4.062.200)
		(784.163)	(1.588.046)
Total do passivo		2.121.862	2.087.710

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de Reais)

	Nota	Trimestre atual 01/04/2025 a 30/06/2025	Acumulado do atual exercício 01/01/2025 a 30/06/2025	Trimestre atual 01/04/2024 a 30/06/2024 (Reapresentado)	Acumulado do atual exercício 01/01/2024 a 30/06/2024 (Reapresentado)
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	22	230.998	442.848	196.079	452.128
Custos da operação	23	(41.374)	(85.697)	(44.814)	(85.640)
Lucro bruto		189.624	357.151	151.265	366.488
Resultado operacional					
Despesas gerais e administrativas	24	(44.743)	(93.787)	(47.348)	(92.364)
Depreciação		(2.943)	(7.185)	(6.468)	(13.055)
Provisões contábeis líquidas	25	(191.079)	1.312.232	(190.058)	(257.178)
Outras receitas operacionais	26	5.393	166.747	9.495	14.177
Outras despesas operacionais	27	(7)	(890.156)	(2)	(2)
		(233.379)	487.851	(234.381)	(348.422)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(43.755)	845.002	(83.116)	18.066
Resultado financeiro					
Resultado financeiro líquido	28	(36.215)	(44.449)	(7.897)	(19.835)
Resultado antes dos tributos		(79.970)	800.553	(91.013)	(1.769)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro					
Imposto de renda	29	(26.504)	(49.289)	(17.139)	(42.269)
Contribuição social	29	(9.544)	(17.749)	(6.172)	(15.221)
		(36.048)	(67.038)	(23.311)	(57.490)
Resultado do período		(116.018)	733.515	(114.324)	(59.259)
Quantidade de Ações		1.076.487.907	1.076.487.907	1.076.487.907	1.076.487.907
Lucro (prejuízo) por milhares de ações do Capital Social		(0,11)	0,68	(0,11)	(0,06)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais)

	Trimestre atual 01/04/2025 a 30/06/2025	Acumulado do atual exercício 01/01/2025 a 30/06/2025	Trimestre atual 01/04/2024 a 30/06/2024 (Reapresentado)	Acumulado do atual exercício 01/01/2024 a 30/06/2024 (Reapresentado)
Resultado líquido do período	(116.018)	733.515	(114.324)	(59.259)
Outros resultados abrangentes	(15.586)	(6.804)	17.682	37.984
Ganhos atuariais em planos de pensão	(15.586)	(6.804)	17.682	37.984
Resultado abrangente do período	(131.604)	726.711	(96.642)	(21.275)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 01/01/2025 A 30/06/2025

Descrição	Capital Social	AFAC	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.162.322	190.012	121.820	(4.062.200)	(1.588.046)
Ganhos atuariais em planos de pensão	-	-	(6.804)	-	(6.804)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	77.172	-	-	77.172
Resultado do período	-	-	-	733.515	733.515
Saldos em 30 de junho de 2025	2.162.322	267.184	115.016	(3.328.685)	(784.163)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 01/01/2024 A 31/12/2024

Descrição	Capital Social	AFAC	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.162.322	-	65.952	(4.246.655)	(2.018.381)
Efeitos da rerepresentação	-	-	-	(58.908)	(58.908)
Saldos em 01 de janeiro de 2024	2.162.322	-	65.952	(4.305.563)	(2.077.289)
Ganhos atuariais em planos de pensão	-	-	55.868	-	55.868
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	190.012	-	-	190.012
Resultado do exercício	-	-	-	243.363	243.363
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.162.322	190.012	121.820	(4.062.200)	(1.588.046)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

	Acumulado do atual exercício 01/01/2025 a 30/06/2025	Acumulado do atual exercício 01/01/2024 a 30/06/2024 (Reapresentado)
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxo da atividade principal		
Resultado do período	733.515	(59.259)
(+) Ganhos atuariais em planos de pensão	(6.804)	37.984
(+) Depreciação e amortização	18.391	30.745
(+) Baixas do imobilizado	-	2.728
(+) Baixas de propriedades para investimento	831	-
(+) Variação monetária de créditos de acionistas	20.071	14.741
(+) Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.319)	(4.768)
(+) Provisão para contingências	(1.404.574)	169.585
(+) Receitas diferidas	(25.699)	-
(+)/ (-) Benefícios pós emprego	671.210	(40.823)
Resultado ajustado	2.622	150.933
Variações no ativo		
Contas a receber	(4.682)	1.747
Créditos fiscais	(5.689)	(3.916)
Valores a receber	2.011	2.724
Depósitos judiciais	(144.083)	(75.767)
Outros ativos	2.999	(1.702)
Variações no passivo		
Fornecedores	(4.319)	(31.866)
Obrigações trabalhistas e assistenciais	13.160	16.377
Obrigações tributárias	36.621	6.637
Obrigações contratuais	972	4.460
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades operacionais	(100.388)	69.627
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Imobilizado e intangível	(21.728)	(99.058)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(21.728)	(99.058)
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	(122.116)	(29.431)
Caixa e equivalentes no início do período	482.072	310.909
Caixa e equivalentes no fim do período	359.956	281.478

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

	Acumulado do atual exercício 01/01/2025 a 30/06/2025	Acumulado do atual exercício 01/01/2024 a 30/06/2024
		(Representado)
Receitas	2.003.935	464.564
Tarifas portuárias	78.590	80.240
Arrendamentos operacionais e aluguéis	375.175	380.276
Provisão para perdas estimadas	(365)	(1.307)
Reversão de provisões	1.550.535	5.355
Insumos adquiridos de terceiros	(271.298)	(280.770)
Materiais, água, energia e serviços de terceiros	(32.371)	(18.559)
Despesas judiciais e provisões para riscos judiciais	(232.593)	(256.766)
Outros custos	(6.334)	(5.445)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	1.732.637	183.794
Depreciação e amortização	(18.423)	(33.473)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.714.214	150.321
Valor adicionado recebido em transferência	(625.326)	32.622
Receitas financeiras	109.000	26.836
Outras	(734.326)	5.786
Valor adicionado a distribuir	1.088.888	182.943
Distribuição do valor adicionado	1.088.888	182.943
Pessoal	132.486	134.664
Remuneração direta (ativos, cedidos e estagiários)	90.708	79.858
Benefícios	1.927	19.949
FGTS	6.682	5.933
INSS	22.421	19.135
Provisões	10.428	9.451
Honorários da diretoria, CONSAD e CONFIS	320	338
Tributos	69.010	58.649
Federais	68.983	58.645
Municipais	27	4
Remuneração de capitais de terceiros	153.877	48.889
Despesas financeiras	153.449	46.672
Contratos	428	2.217
Resultado do período	733.515	(59.259)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

As informações financeiras trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais

1 – Contexto operacional

A Companhia Docas do Rio de Janeiro, doravante denominada “PortosRio” ou “Companhia”, com sede na Rua Dom Gerardo, 35 Sala 1001, Centro – Rio de Janeiro – RJ, é uma empresa pública, cuja criação foi autorizada pelo Decreto-Lei nº 794 de 27 de agosto de 1969, constituída sob a forma de sociedade anônima, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, regendo-se pela legislação relativa às sociedades por ações, Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, pela Lei das Estatais, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, e, no que lhe for aplicável, pela Lei 12.815, de 5 de junho de 2013, que dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários. A Companhia tem por objeto social realizar, direta ou indiretamente, em harmonia com os planos e programas do Ministério de Portos e Aeroportos, a administração e exploração comercial dos portos organizados e demais instalações portuárias do Estado do Rio de Janeiro.

1.1 Continuidade operacional

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas operações.

Conforme apresentado nos relatórios, a Companhia incorreu, no período findo em 30 de junho de 2025, em lucro no montante de R\$ 733.515 mil (prejuízo de R\$ 59.259 mil no período findo em 30 de junho de 2024).

Embora a Companhia possua natureza jurídica de empresa pública não sujeita às regras de falência e recuperação de empresas, as suas atividades passaram por um processo de reestruturação operacional e financeira, por meio do qual a Administração tomou medidas que visam o equacionamento dos resultados, otimização de custos e despesas com o objetivo de alcançar o equilíbrio do capital circulante líquido e recuperar a lucratividade das operações, o que pode ser corroborado com o resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e no período findo em 30 de junho de 2025.

2 – Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Companhia Docas do Rio de Janeiro, inclusive as notas explicativas, estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicadas de outra forma, e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

3 – Reapresentação para fins comparativos

As demonstrações contábeis correspondentes a 31 de dezembro de 2024, originalmente divulgadas em 17/03/2025, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, para melhor refletir as operações da Companhia. Para tanto, a Administração revisou a forma de contabilização e apresentação dos saldos dos demonstrativos.

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	31 de dezembro de 2024		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	482.072	-	482.072
Contas a receber de clientes	20.316	(3.948)	16.368
Créditos fiscais	5.234	-	5.234
Valores a receber	6.562	-	6.562
Outros ativos	7.182	-	7.182
	521.366	(3.948)	517.418
Ativo não circulante			
Realizável a longo prazo			
Valores a receber	1.690	-	1.690
Depósitos judiciais	562.501	(45.112)	517.389
Créditos fiscais	71.437	-	71.437
Outros ativos	423	-	423
	636.051	(45.112)	590.939
Propriedade para investimento Imobilizado	9.050	-	9.050
Intangível	967.966	196	968.162
	-	2.141	2.141
	1.613.067	(42.775)	1.570.292
Total do ativo	2.134.433	(46.723)	2.087.710

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de Reais)

PASSIVO	31 de dezembro de 2024		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Passivo circulante			
Fornecedores	13.801	-	13.801
Obrigações trabalhistas e assistenciais	26.878	-	26.878
Obrigações tributárias	157.900	7.858	165.758
Obrigações contratuais	12.834	-	12.834
Benefícios pós emprego	25.048	-	25.048
Receitas diferidas	48.851	-	48.851
	285.312	7.858	293.170
Passivo não circulante			
Obrigações tributárias	538.974	-	538.974
Obrigações contratuais	154.093	-	154.093
Benefícios pós emprego	204.369	-	204.369
Provisão para contingências	2.095.314	-	2.095.314
Adiant. futuro aumento de capital	389.836	-	389.836
	3.382.586	-	3.382.586
Patrimônio líquido			
Capital social	2.162.322	-	2.162.322
Adiant. futuro aumento de capital	190.012	-	190.012
Outros resultados abrangentes	121.820	-	121.820
Prejuízos acumulados	(4.007.619)	(54.581)	(4.062.200)
	(1.533.465)	(54.581)	(1.588.046)
Total do passivo	2.134.433	(46.723)	2.087.710

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em milhares de Reais)

	30/06/2024		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Operações continuadas			
Receita operacional líquida	452.128	-	452.128
Custos da operação	(85.640)	-	(85.640)
Lucro bruto	366.488	-	366.488
Resultado operacional			
Despesas gerais e administrativas	(93.508)	1.144	(92.364)
Depreciação	(13.055)	-	(13.055)
Provisões contábeis líquidas	(257.178)	-	(257.178)
Outras receitas operacionais	14.177	-	14.177
Outras despesas operacionais	(2)	-	(2)
	(349.566)	1.144	(348.422)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	16.922	1.144	18.066
Resultado financeiro			
Resultado financeiro líquido	(21.824)	1.989	(19.835)
Resultado antes dos tributos	(4.902)	3.133	(1.769)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			
Imposto de renda	(42.269)	-	(42.269)
Contribuição social	(15.221)	-	(15.221)
	(57.490)	-	(57.490)
Resultado do período	(62.392)	3.133	(59.259)
Quantidade de Ações	1.076.487.907		1.076.487.907
Lucro por milhares de ações do Capital Social	(0,06)		(0,06)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(Em milhares de Reais)

	30/06/2024		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Resultado líquido do período	(62.392)	3.133	(59.259)
Outros resultados abrangentes	37.984	-	37.984
Ganhos atuariais em planos de pensão	37.984	-	37.984
Resultado abrangente do período	(24.408)	3.133	(21.275)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

	30/06/2024		
	Original	Ajuste	Reapresentado
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Fluxo da atividade principal			
Resultado do período	(62.392)	3.133	(59.259)
(+) Ganhos atuariais em planos de pensão	37.984	-	37.984
(+) Depreciação e amortização	30.745	-	30.745
(+) Baixas do imobilizado e propriedades para investimento	2.728	-	2.728
(+) Variação monetária de créditos de acionistas	14.741	-	14.741
(+) Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.768)	-	(4.768)
(+) Provisão para contingências	169.585	-	169.585
(+)/ (-) Benefícios pós emprego	<u>(40.823)</u>	<u>-</u>	<u>(40.823)</u>
Resultado ajustado	147.800	3.133	150.933
Variações no ativo			
Contas a receber	1.747	-	1.747
Créditos fiscais	(3.916)	-	(3.916)
Valores a receber	2.724	-	2.724
Depósitos judiciais	(73.778)	(1.989)	(75.767)
Outros ativos	(1.702)	-	(1.702)
Variações no passivo			
Fornecedores	(31.866)	-	(31.866)
Obrigações trabalhistas e assistenciais	16.377	-	16.377
Obrigações tributárias	6.637	-	6.637
Obrigações contratuais	4.460	-	4.460
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	68.483	1.144	69.627
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Imobilizado	(97.914)	(1.144)	(99.058)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(97.914)	(1.144)	(99.058)
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	(29.431)	-	(29.431)
Caixa e equivalentes no início do período	310.909	-	310.909
Caixa e equivalentes no fim do período	281.478	-	281.478

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 01/01/2024 A 31/12/2024

Descrição	Capital Social	AFAC	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.162.322	-	65.952	(4.246.655)	(2.018.381)
Efeitos da reapresentação	-	-	-	(58.908)	(58.908)
Saldos em 01 de janeiro de 2024	2.162.322	-	65.952	(4.305.563)	(2.077.289)
Ganhos atuariais em planos de pensão	-	-	55.868	-	55.868
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	190.012	-	-	190.012
Resultado do exercício	-	-	-	243.363	243.363
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.162.322	190.012	121.820	(4.062.200)	(1.588.046)

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de Reais)

	Original	30/06/2024 Ajuste	Reapresentado
Receitas	464.564	-	464.564
Tarifas portuárias	80.240	-	80.240
Arrendamentos operacionais e aluguéis	380.276	-	380.276
Provisão para perdas estimadas	(1.307)	-	(1.307)
Reversão de provisões	5.355	-	5.355
Insumos adquiridos de terceiros	(281.914)	1.144	(280.770)
Materiais, água, energia e serviços de terceiros	(18.559)	-	(18.559)
Despesas judiciais e provisões para riscos judiciais	(256.766)	-	(256.766)
Outros custos	(6.589)	1.144	(5.445)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	182.650	1.144	183.794
Depreciação e amortização	(33.473)	-	(33.473)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	149.177	1.144	150.321
Valor adicionado recebido em transferência	30.633	1.989	32.622
Receitas financeiras	24.847	1.989	26.836
Outras	5.786	-	5.786
Valor adicionado a distribuir	179.810	3.133	182.943
Distribuição do valor adicionado	179.810	3.133	182.943
Pessoal	134.664	-	134.664
Remuneração direta (ativos, cedidos e estagiários)	79.858	-	79.858
Benefícios	19.949	-	19.949
FGTS	5.933	-	5.933
INSS	19.135	-	19.135
Provisões	9.451	-	9.451
Honorários da diretoria, CONSAD e CONFIS	338	-	338
Tributos	58.649	-	58.649
Federais	58.645	-	58.645
Municipais	4	-	4
Remuneração de capitais de terceiros	48.889	-	48.889
Despesas financeiras	46.672	-	46.672
Contratos	2.217	-	2.217
Resultado do período	(62.392)	3.133	(59.259)

3.1 Depósitos judiciais

Trata-se de correção no saldo das contas dos depósitos judiciais, considerando os ajustes realizados por conta do reconhecimento de resgates efetuados em exercícios anteriores.

Também ocorreram atualizações financeiras, bem como as baixas correspondentes de processos judiciais cíveis e trabalhistas. Vide detalhes abaixo:

- Bloqueios judiciais ocorridos durante os anos de 2008 a 2011 pelo BES Investimento do Brasil S.A. – processo nº 1998.001.185286-0, com resgates efetuados durante os anos de 2011 e 2012 e baixados efetivamente somente durante o primeiro trimestre de 2025, para os quais estavam registrados apenas pelo valor de face, ou seja, valor

histórico. Para este referido processo ainda existe saldo bloqueado;

- Bloqueios judiciais ocorridos durante os anos de 2006 e 2007 pela Companhia Inter Atlântico de Arrendamento – processo n° 1998.001.185286-0, com resgates efetuados durante o ano de 2007 e baixados efetivamente somente durante o segundo trimestre de 2025, para os quais estavam registrados apenas pelo valor de face, ou seja, valor histórico. Para este referido processo ainda existe saldo bloqueado;
- Diversos bloqueios judiciais trabalhistas, dos quais foram resgatados pelo autor em anos anteriores a elaboração destas demonstrações contábeis e baixados efetivamente somente durante o segundo trimestre de 2025, para os quais estavam registrados apenas pelo valor de face, ou seja, valor histórico.

As correções se fizeram necessárias, pois tais recursos foram levantados em exercícios anteriores e baixados efetivamente somente durante o primeiro semestre de 2025.

3.2 Contas a receber de clientes

Trata-se de correção no saldo a receber de clientes com a adequação ao relatório financeiro de 31 de março de 2025, sendo valores de exercícios anteriores.

3.3 Imobilizado e despesas gerais e administrativas

Trata-se de uma adequação de saldo de uma obra que atualmente se encontra em andamento, a fim de apresentar adequadamente o saldo, vinculado com o andamento da obra e a respectiva execução do contrato.

3.4 Intangível

Trata-se de uma adequação de saldos que estavam vinculados como ativo imobilizado. Correção se fez necessária a fim de seguir os preceitos do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

Há também a adequação ao registro contábil relacionado ao sistema SILOG, para o qual foi alocado como ativo intangível no período de abril a junho de 2025.

3.5 Resultado financeiro líquido

Trata-se de lançamentos de atualização monetária de processos cíveis e trabalhistas, sendo efetuado a segregação entre o que é do ano corrente, do exercício imediatamente anterior e exercícios anteriores a 2023. Mais detalhes na nota explicativa 3.1 acima.

3.6 Obrigações tributárias

Foi realizado um trabalho pela assessoria tributária, visando a adequação dos registros de IRPJ e CSLL em suas obrigações acessórias e suas respectivas apurações de impostos. Após esta

análise, se fez necessário o recolhimento de IRPJ e CSLL relativo aos anos de 2021 e 2022, tendo a necessidade de reapresentação dos saldos contábeis.

4 – Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis estão definidas abaixo e estão detalhadas em notas explicativas específicas.

4.1 Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência entre exercícios, sendo que a receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação dos serviços (tarifas portuárias) e arrendamento de áreas portuárias, apresentada líquida dos impostos. A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança e quando seja provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e, ainda, quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

4.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes incluem dinheiro em caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de risco insignificante de mudança de valor e de alta liquidez.

4.3 Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e recebíveis. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e valores a receber.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

c) Baixa

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transfere os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro, por força de um acordo de “repasse”;
- A Companhia transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo;
- A Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, nas datas do balanço, se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável.

Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrida) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia.

(iii) Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados na categoria de empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, obrigações contratuais e outras contas a pagar.

b) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

c) Baixa

Um passivo financeiro é baixado quando:

- A obrigação é revogada, cancelada ou quando expirar;
- Quando for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes;
- Quando os termos de um passivo existente forem significativamente de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

4.4 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes referem-se aos recebíveis do ativo circulante, sendo os valores faturados correspondentes ao preço da tarifa vigente na data da prestação dos serviços e, no caso de arrendamento de áreas, pelos valores contratados. No saldo de contas a receber estão incluídos todos os serviços prestados e todas as receitas com arrendamentos até a data do encerramento do exercício.

Reconhecimento das perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

Do total de contas a receber, a Companhia deduz as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) correspondendo à diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. O prazo médio de recebimento das contas a receber é de 30 dias, prazo

considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes às operações da Companhia. As PECLD's são constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

4.5 Créditos fiscais

Correspondem aos saldos credores de Pasep, Cofins, ISS, Imposto de Renda e Contribuição Social a serem utilizados para futuras compensações, além do imposto de renda sobre aplicações financeiras.

4.6 Depósitos judiciais

Correspondem a valores bloqueados e valores dados em garantia em processos de cobrança, os quais a Companhia mantém discussão judicial acerca dos valores envolvidos e sua exigibilidade.

4.7 Propriedade para investimento

Propriedades mantidas para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital e não para venda no curso normal dos negócios, fornecimento de serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades são mensuradas pelo custo no reconhecimento inicial.

4.8 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

a) Teste de recuperabilidade – Impairment

Estudos externos provaram a recuperabilidade de todos os ativos das quatro unidades geradoras de caixa: UGC Porto do Rio de Janeiro, UGC Porto de Itaguaí, UGC Porto de Niterói e UGC Porto de Angra dos Reis. Estes provaram também que não houve indícios de perda por desvalorização.

A responsabilidade pelos estudos é da empresa Convergry Serviços e Contabilidade LTDA., contratada por meio do instrumento nº 01/2025, cujo objeto é a “prestação dos serviços de avaliação patrimonial com fundamentação técnica para a determinação do valor recuperável dos ativos (*impairment test*), revisões de vida útil e de valor residual”.

b) Vida útil

A depreciação é calculada segundo o método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil-econômica estimada para cada classe de bens.

O Imobilizado está segregado nos seguintes grupos, segundo o Manual de Contas das Autoridades Portuárias, instituído pela Portaria nº 57, de 8 de março de 2016, da ANTAQ, e possui as seguintes taxas anuais de depreciação:

Bens em operação			
Contas	Taxas anuais	Contas	Taxas anuais
Dragagem	Entre 10% e 20%	Pátios	Entre 4% e 10%
Sinalização	Entre 10% e 20%	Armazéns	4%
Proteção marítima	2%	Silo	4%
Berço e cais	Entre 2% e 4%	Guindaste	4%
Estacionamento	4%	Ship Loader	5%
Vias internas	4%	Empilhadeira	5%
Linha férrea	4%		

Bens da administração			
Contas	Taxas anuais	Contas	Taxas anuais
Terrenos	Não deprecia	Equip. de informática	Entre 10% e 20%
Edificações	Entre 4% e 5%	Sistemas aplicativos	Entre 10% e 50%
Instalações	Entre 2% e 10%	Mobiliário	Entre 3% e 20%
Máquinas e equipamentos ^e	Entre 10% e 20%	Veículos	12%

Bens em operação: registram os itens de propriedade da Companhia que são utilizados nas atividades operacionais.

Bens da administração: registram os itens utilizados na atividade administrativa.

Imobilizado em andamento: registram os itens que ainda estão operando.

4.9 Intangível

Os ativos intangíveis são compostos por licenças de uso de softwares e estão demonstrados pelos custos de aquisição e demais custos de implementação, deduzido da amortização acumulada. As amortizações são registradas de acordo com a vida útil estimada e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos à despesa, quando incorridos.

4.10 Fornecedores e prestadores de serviços

As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso das atividades operacionais e estão reconhecidas inicialmente ao valor justo, que corresponde ao valor da fatura e subsequentemente ao custo amortizado.

4.11 Obrigações trabalhistas, assistenciais, tributárias e contratuais

As obrigações trabalhistas, assistenciais, tributárias e contratuais foram atualizadas até a data do balanço.

4.12 Receitas diferidas

Valores relativo a contrato de cessão assinado pela Companhia que envolvem montantes de cessão, os quais são apropriados ao resultado, em base linear, durante o período de vigência do contrato.

4.13 Benefícios pós emprego

Os benefícios concedidos a empregados e seus beneficiários, em especial os planos de aposentadoria e pensão junto ao PORTUS – Instituto de Seguridade Social, decorrem de termos de confissões de dívidas e de cálculos atuariais.

4.14 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos e são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e é efetuado o seu reconhecimento.

Os passivos contingentes são reconhecidos quando são considerados como de perda provável pela área jurídica da Companhia e divulgados em nota explicativa quando são classificados como de perda possível em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Para fins de apresentação das informações contábeis, a provisão não é demonstrada líquida dos depósitos judiciais.

4.15 Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa do imposto de renda e da contribuição social são apropriadas na demonstração do resultado, exceto quando estiverem relacionadas com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os encargos de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas leis tributárias vigentes.

4.16 Tributos sobre receitas

As receitas tarifárias e de arrendamento de áreas estão sujeitas à incidência do Pasesp – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público e da Cofins – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas pelas alíquotas de 1,65% e 7,60%, respectivamente. Esses tributos são apurados pelo regime da não cumulatividade e os créditos decorrentes da não cumulatividade são apresentados como conta redutora da respectiva despesa que ensejou o crédito.

A partir do ano de 2025 não há mais incidência de ISS – Imposto sobre Serviços sobre as receitas tarifárias no município de Itaguaí devido a imunidade tributária.

4.17 Receita operacional

A receita é mensurada quando seu valor pode ser mensurado de maneira confiável, sendo provável que os benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados e os riscos e benefícios foram transferidos e assumidos pelo tomador do serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a) Tarifas portuárias

As receitas tarifárias são registradas com base na utilização de cais público, por atracação de navios de carga e passageiros, movimentação de cargas e passageiros, fundeio, utilização do canal de acesso aquaviário, utilização de estrutura terrestre, armazenagem e utilização de equipamentos. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios inerentes aos serviços foram transferidos para o usuário, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

b) Receitas de arrendamento

As receitas de arrendamento são registradas com base em contratos de arrendamento operacionais de áreas primárias dos portos e são calculadas por meio da movimentação de carga e de passageiros e do preço do arrendamento, cobrado independentemente da movimentação, conforme a particularidade de cada contrato. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente acerca da remuneração do contrato e da movimentação, atestada pela fiscalização dos contratos.

c) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos e/ou os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receitas financeiras, da demonstração de resultado.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de contrato com cliente, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa de valor da receita acumulada.

5 – Caixa e equivalentes de caixa

Representam depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez (Operações Compromissadas – CAC), vencíveis em até doze meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo Banco do Brasil e CEF	6	1.502
Investimentos em renda fixa	359.950	480.570
Totais	359.956	482.072

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Conforme Resolução 3284 de 25/05/2005, alterada pela Resolução 4034, de 30/11/2011, do BACEN, a aplicação das disponibilidades somente pode ser efetuada em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. As aplicações são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo seu valor de realização, todos atualmente no Banco do Brasil.

6 – Contas a receber de clientes

As contas a receber a vencer são realizáveis no prazo médio de 30 dias, não sendo relevante o ajuste ao valor presente. Os valores registrados são:

Contas a receber – circulante	30/06/2025	31/12/2024
		Reapresentado
Contas a receber	25.369	16.368
PECLD	-	-
Total contas a receber líquido – circulante	25.369	16.368
Contas a receber – não circulante		
	30/06/2025	31/12/2024
Contas a receber	171.437	175.757
PECLD	(171.437)	(175.757)
Total contas a receber líquido – não circulante	-	-

Abaixo, segue a movimentação das Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):

Movimentação da PECLD	30/06/2025	31/12/2024
Saldo inicial	(175.757)	(184.474)
(-) Reversões	4.320	8.717
Saldo final	(171.437)	(175.757)

Nas Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) estão inclusas empresas em recuperação judicial, bem como empresas com faturas vencidas, baseadas em estudo do *Aging List* em conformidade com o normativo interno da Companhia.

Considerando o exposto acima, a Administração da Companhia decidiu pela reclassificação destes saldos para o ativo não circulante.

7 – Créditos fiscais

O detalhamento dos créditos tributários está composto abaixo:

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Imposto de Renda	5.211	3.332	57.605	54.920
Contribuição Social	539	-	17.326	16.517
Pasep	442	439	-	-
Cofins	1.153	1.386	-	-
ISS a recuperar	85	77	-	-
Totais	7.430	5.234	74.931	71.437

Os valores no ativo circulante referem-se a créditos de Imposto de Renda, Contribuição Social, ISS, Pasep e Cofins, bem como do Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicações financeiras.

Os montantes registrados no ativo não circulante são relativos ao saldo negativo de Imposto de Renda e de Contribuição Social, referente aos exercícios de 2021 e 2022, os quais vem sendo atualizados pela taxa Selic. Na presente data, estes montantes possuem uma expectativa de realização durante o ano de 2026, a depender da regularização dos trâmites operacionais internos e aqueles exigidos pela Receita Federal.

8 – Valores a receber

Os grupos valores a receber, do ativo circulante e do ativo não circulante, estão compostos da seguinte maneira:

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Acordos – créditos a receber	783	1.928	1.681	1.690
Empregados cedidos a outros órgãos	10.675	10.337	-	-
Outros valores a receber	3.172	4.217	-	-
(-) PECLD – Cedidos	(10.069)	(9.920)	-	-
Totais	4.561	6.562	1.681	1.690

Acordos – créditos a receber: compreende o saldo de acordos de confissão de dívidas firmados com clientes, sendo os mais relevantes: Pennant Serviços Marítimos, Prestomar Serviços Marítimos e Proamar Serviços Marítimos.

Empregados cedidos a outros órgãos: compreende o saldo a receber referente às cessões onerosas de empregados do quadro da Companhia a diversos órgãos e entidades públicos. Atualmente, os órgãos cessionários são: Advocacia Geral da União – AGU, Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, Ministério de Portos e Aeroportos – MPA, Niterói Trânsito S.A. e Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Mesmo com a pequena variação no período, há o indicativo de títulos em atraso e por este motivo foi constituída PECLD em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir as possíveis perdas na realização destes créditos.

9 – Outros ativos

Os grupos outros ativos, do ativo circulante e do ativo não circulante, estão compostos da seguinte maneira:

	Circulante		Não Circulante	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Despesas antecipadas	169	382	-	-
Adiantamentos	3.948	6.736	-	-
Títulos em cobrança judicial	-	-	9.326	9.326
Outros valores	64	64	423	423
(PECLD)	-	-	(9.326)	(9.326)
Totais	4.181	7.182	423	423

Compõem as **Despesas antecipadas** os seguros e o vale transporte.

O grupo dos **Adiantamentos** é formado por fornecedores, férias e pelo adiantamento para suprimento de fundos.

Os valores classificados na conta **Títulos em cobrança judicial** representam as seguintes ações:

0019289-69.2004.8.19.0002 – Município de Niterói – Ação de despejo

5001047-89.2018.4.02.5111 – Prefeitura de Angra dos Reis – Desapropriação

5036374-91.2019.4.02.5101 – Trans Vigo Serviços Marítimos – Cobrança
 5054112-24.2021.4.02.5101 – Ponto Filmes – Ação de despejo com cobrança

A Companhia constituiu PECLD para todos os valores em cobrança judicial.

10 – Depósitos judiciais

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios. Os valores dos depósitos judiciais visam garantir o recurso da sentença judicial. A natureza dos depósitos está segregada abaixo:

	30/06/2025	31/12/2024
		Reapresentado
Ações judiciais – leasing	105.071	105.071
Bloqueios em conta corrente	157.230	151.280
Ações judiciais – Portus	24.265	13.045
Recursos interpostos	24.170	22.092
Ações judiciais – VPNI	2.769	2.769
Ações judiciais – impostos federais	245.434	124.180
Ações judiciais – IPTU	4.504	4.457
Ações judiciais – Dibens	4.366	-
Outras ações judiciais	93.662	94.495
Totais	661.471	517.389

Ações judiciais – leasing: são valores de penhoras na receita da Companhia para garantia dos seguintes processos:

0190316-36.1998.8.19.0001 – 11ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0102697-82.2009.8.19.0001 – 19ª Vara Cível do Rio de Janeiro

0044608-27.1994.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

0005985-83.1997.4.02.5101 – 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro

Bloqueios em conta corrente: são relativos a diversas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, com pedido de penhora judicial nas contas bancárias em que a Companhia possui junto ao Banco do Brasil, e na Caixa Econômica Federal.

Ações judiciais – Portus: são referentes a depósitos judiciais, nos autos dos seguintes processos: 0105594-59.2004.8.19.0001, da 21ª Vara Cível do Rio de Janeiro, e 0002173-66.2013.8.19.0024, da 1ª Vara Cível da Comarca de Itaguaí.

Recursos interpostos: registra os pagamentos de interposição de recursos ordinários, embargos de declaração, recurso de revista, agravo de instrumento, agravo interno e demais medidas jurídicas de interesse da Companhia.

Ações judiciais – VPNI: compreendem os depósitos judiciais no processo 0100626-70.2017.5.01.0004, em trâmite na 4ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, relativo à rubrica salarial denominada VPNI – Vantagem Pessoal Nominal Individual.

Ações judiciais – impostos federais: são valores relativos ao IRPJ, PIS e Cofins, os quais estão sendo discutidos judicialmente, no qual visa a imunidade tributária do IRPJ, bem como o enquadramento do PIS e Cofins no regime cumulativo. Os depósitos se iniciaram no mês de competência de fevereiro de 2024 e estão atualizados de acordo com os extratos judiciais.

Ações judiciais – IPTU: são valores relativos a IPTU do Município do Rio de Janeiro e de Itaguaí, os quais estão sendo discutidos judicialmente, visando o ressarcimento e estão atualizados de acordo com os extratos judiciais.

Ações judiciais – Dibens: são referentes a depósitos judiciais, nos autos da ação de execução extrajudicial nº 0044608-27.1994.4.02.5101, da 3ª Vara Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Outras ações judiciais: compreendem os depósitos judiciais nos demais processos cíveis, trabalhistas e tributários.

11 – Propriedade para investimento

Trata-se de 40 (quarenta) itens patrimoniais distribuídos entre 25 (vinte e cinco) imóveis externos (edificações e terrenos) de propriedade da Companhia, mantidos para auferir aluguel ou para valorização de capital ou para ambas, registrados pelo valor de aquisição (custo histórico).

Segundo laudos de determinação de valor de mercado, observados os métodos de análise e de avaliação empregados, com considerações feitas aos bens em estudo quanto às suas características, estado de conservação e manutenção, os imóveis registrados em Propriedade para investimento foram avaliados em R\$ 1.625.615 mil (R\$ 1.633.919 mil em 31/12/2024).

12 – Imobilizado

O ativo imobilizado está assim composto:

Bens	Valor contábil em 01/01/2025			Movimentação janeiro a junho de 2025				Líquido
	Bruto	Dep.	Líquido	Adições	Baixas	Transf.	Dep.	
Operação	1.083.802	(443.046)	640.756	506	-	2.246	(14.818)	628.690
Administração	185.698	(59.203)	126.495	15.764	-	1.393	(2.381)	141.271
Andamento	200.911	-	200.911	5.530	-	(13.117)	-	193.324
Totais	1.470.411	(502.249)	968.162	21.800	-	(9.478)	(17.199)	963.285

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionados os juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação.

O montante de R\$ 9.478 mil foi transferido para o grupo do intangível, sendo apresentado em rubrica segregada no balanço, seguindo os preceitos do Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

Substancialmente, o grupo Obras em Andamento está representado pelo contrato n° 47/2022 – serviços de dragagem no Cais da Gamboa, firmado com o Consórcio Chec Dredging, no valor global, em torno de R\$ 163.000 mil. Há outros valores e outras obras de menor relevância.

13 – Fornecedores

Trata-se do saldo (a vencer) a pagar aos fornecedores de bens e serviços, bem como outras contas a pagar tendo como prazo médio de pagamento de 30 (trinta) dias.

	30/06/2025	31/12/2024
Fornecedores	9.054	13.375
Outras contas a pagar	429	426
Totais	9.483	13.801

14 – Obrigações trabalhistas e assistenciais

O grupo contém as remunerações a empregados, diretores, conselheiros, membros do comitê de auditoria, estagiários e jovens aprendizes, com os respectivos encargos; os valores a serem recolhidos a título de pensão alimentícia; e as consignações descontadas em folha, tais como contribuição para sindicatos e associações de classe, empréstimos bancários, plano funeral, etc.

	30/06/2025	31/12/2024
Remunerações	11.108	7.932
Consignações	234	309
Mesada judicial	248	78
Provisões e encargos	28.448	18.559
Totais	40.038	26.878

A variação mais expressiva refere-se a rubrica de provisões e encargos, a qual tem o acréscimo de provisão de 13° salário e seus respectivos encargos na data-base de 30/06/2025.

15 – Obrigações tributárias

As obrigações tributárias possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
		Reapresentado		
IPTU	-	-	6.873	6.873
ISS	153	288	5.287	5.224
Parcelamentos	127.740	123.012	281.450	332.861
Pasep/Cofins	-	-	139.764	88.569
IR e CSLL	6.363	22.050	124.610	71.930
INSS/FGTS	7.672	7.712	-	-
Taxa de ocupação	-	-	34.908	33.517
Outros	6.534	12.696	-	-
Totais	148.462	165.758	592.892	538.974

O saldo de **IPTU** a recolher é referente a 76 (setenta e seis) débitos inscritos em Dívida Ativa, do Município do Rio de Janeiro, relativos aos exercícios de 2008 a 2019, os quais foram reclassificados para o passivo não circulante no encerramento do exercício de 2024 em razão de discussão judicial.

O **ISS** registrado no passivo circulante refere-se a retenção de serviços tomados. O saldo registrado no passivo não circulante é relativo à execução fiscal do Município de Itaguaí, em trâmite na 3ª Vara de Execução Fiscal do Rio de Janeiro, pelo não recolhimento do tributo no exercício de 2002.

Os **Parcelamentos** compreendem duas modalidades do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, cuja adesão ocorreu em 14 de novembro de 2017, e dois acordos com a PGFN – Negócio Jurídico Processual II e IV, assinados em 21 de outubro de 2020 e 29 de abril de 2021.

O grupo **Pasep/Cofins** representa contribuições correntes sobre o faturamento mensal, as quais, a partir da competência do mês de fevereiro de 2024 vêm sendo recolhidas judicialmente, dentro de seus respectivos vencimentos, conforme citado na nota explicativa nº 10.

O saldo de **IR e CSLL** compreende os valores do imposto de renda retido em folha de pagamento, além dos tributos apurados sobre o Lucro Real. Para o IRPJ, os valores vem sendo recolhidos judicialmente, por este motivo estão classificados no passivo não circulante, conforme citado na nota explicativa nº 10.

O grupo **INSS/FGTS** representa contribuições correntes sobre a folha de pagamento mensal, as quais vêm sendo recolhidas dentro de seus respectivos vencimentos.

A **Taxa de Ocupação** representa a cobrança da Secretaria de Patrimônio da União – SPU de taxas incidentes sobre os imóveis da Companhia, tais como taxa de ocupação e aforamento, relativas aos exercícios de 2018 e 2019, os quais foram reclassificados para o passivo não circulante no encerramento do exercício de 2024 e atualizadas pelos Juros Selic.

16 – Obrigações contratuais

	Circulante		Não Circulante	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Adiantamento de clientes	704	1.916	-	-
Expansão Terminal 1 (i)	7.651	7.651	-	-
Contrato Libra/ICTSI (ii)	-	-	158.081	154.093
Outros	1.462	3.267	-	-
Totais	9.817	12.834	158.081	154.093

- i. A **Expansão do Terminal 1** constitui obrigação assumida com o Grupo Libra, referente às obras de ampliação do cais da área arrendada (Terminal 1). As obras, por força do 12º (décimo-segundo) Termo Aditivo ao Contrato C-DEPJUR nº 010/98, assinado em 16 de setembro de 2011, eram de responsabilidade da Companhia, mas foram financiadas pela arrendatária. A Diretoria Executiva, em sua 2098ª reunião, realizada em 7 de outubro de 2014, deliberou pelo ressarcimento das despesas à arrendatária. A Companhia vinha, até o exercício de 2022, amortizando, mensalmente, o saldo devedor do contrato por meio de compensações com valores devidos pela ICTSI Rio Brasil, empresa sucessora, referentes às partes fixa e variável do arrendamento.
- ii. Os valores registrados nesta rubrica referem-se a reconhecimento de dívida conforme Ofício SEI nº 58641/2024/MF da Secretaria do Tesouro Nacional referente aos contratos de cessão de créditos nº 018 e 026 firmados com o Tesouro Nacional no ano de 2000, dos quais foram transferidos à União os direitos de créditos decorrentes do contrato de arrendamento C-DEPJUR nº 010/98, de 11/03/98, celebrado com a arrendatária Libra Terminal Rio S.A. (atual International Container Terminal Services Inc. ICTSI). Os valores devidos conforme Ofício SEI nº 58641/2024/MF da Secretaria do Tesouro Nacional com posição em 31/08/2024 estão detalhados abaixo (Total da dívida de R\$ 151,8 milhões):
 - Contrato nº 18 (ICTSI): R\$ 25,5 milhões (principal de R\$ 11,1 milhões e encargos de R\$ 14,4 milhões);
 - Contrato nº 26 (ICTSI): R\$ 126,3 milhões (principal de R\$ 54,4 milhões e encargos de R\$ 71,9 milhões).

Os valores foram atualizados pela Selic para 30 de junho de 2025 totalizando o montante de R\$ 158 milhões. Por fim, atualmente estes valores ainda estão nas tratativas finais para negociação de pagamento nos moldes de Transação Individual com a PGFN e por este motivo estão classificados no passivo não circulante.

17 – Receitas diferidas

Registro realizado de receita a apropriar referente ao contrato de cessão de créditos s/nº firmado com o Tesouro Nacional, no qual foi transferido à União os direitos de créditos decorrentes do contrato de arrendamento C-DEPJUR nº 069/98, de 23/10/98, celebrado com a arrendatária Sepetiba Tecon S.A.

Registros realizados a fim de adequação dos saldos do passivo obrigacional e demonstração do impacto no resultado do exercício.

Este referido contrato tem vencimento no mês de outubro de 2025, por este motivo está classificado no passivo circulante. Vide mais informações deste contrato na nota explicativa nº 30 – Partes relacionadas.

A apropriação da receita no resultado ocorre, em base linear, durante o período de vigência do contrato.

	30/06/2025	31/12/2024
Contrato Sepetiba Tecon	23.151	48.851
Totais	23.151	48.851

18 – Benefícios pós emprego

A Companhia é patrocinadora de um plano de suplementação de aposentadoria de seus empregados e beneficiários. Este fundo, do tipo “benefício definido”, é administrado pelo Portus – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, de direito privado, com autonomia administrativa e financeira, fiscalizada pelo órgão de supervisão dos fundos de pensão – PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar vinculada ao Ministério da Fazenda.

A Companhia contribui com uma parcela mensal sobre a massa de salários dos empregados participantes, paritária aos valores por eles recolhidos.

O Portus está sob intervenção federal decretada pela Diretoria Colegiada da PREVIC, em 22 de agosto de 2011, por meio da Portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União 23 de agosto de 2011.

As contas possuem a seguinte composição:

	Circulante		Não Circulante	
	30/06/2025	31/12/2024	30/06/2025	31/12/2024
Contribuições correntes	644	638	-	-
Termo de compromisso financeiro (i)	-	24.410	-	190.835
Termo de composição e ajuste da dívida (ii)	98.162	-	801.821	-
Déficit atuarial	-	-	-	13.534
Totais	98.806	25.048	801.821	204.369

Até 31 de dezembro de 2024, o déficit atuarial da Companhia de R\$ 228.779 mil, apontado no balanço patrimonial e nos quadros a seguir, foi calculado segundo o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, o qual estava sendo equacionado conforme as regras estabelecidas no Termo de Compromisso Financeiro, aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, em sua 742ª reunião, realizada em 10 de junho de 2020, com a supervisão da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST). O fator mais relevante para a redução do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2024 foi o aumento da taxa de desconto, sendo que este impacto refletiu diretamente na diminuição do valor presente das obrigações futuras, resultando em um ajuste significativo nos cálculos.

Já o déficit atuarial de R\$ 695.320 mil apresentado em 30 de junho de 2025 tem total relação com o acordo firmado com o Portus – Instituto de Seguridade Social, o qual foi assinado no mês de março de 2025, com desembolsos iniciais vinculados aos honorários advocatícios de sucumbência e o início dos pagamentos das parcelas mensais deste referido termo em abril de 2025. Com este novo acordo, houve a indicação de que após a homologação do referido instrumento, o Termo de Compromisso Financeiro - TCF, firmado no Plano de Equacionamento de Déficit – PED, citado acima, ficaria automaticamente cancelado.

(i) A fim de equacionar a grave insuficiência patrimonial do PBP1, fechado para novas adesões desde 2011, foi ajustado entre os responsáveis do custeio do plano multipatrocinado pelas Companhias do sistema portuário e o Portus (Entidade Administradora) a adoção de estratégia previdencial própria, desenvolvida para buscar a solvência do PBP1.

Desta forma a Companhia (Patrocinadora) firmou o compromisso de arcar com os valores sob sua responsabilidade em razão da imposição legal de equacionar o resultado deficitário do PBP1, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 109/2001. Neste Termo de Compromisso Financeiro (TCF), considerando a metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial desenvolvida para buscar a solvência do PBP1, a Companhia assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 203.276, apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos ao Plano de Pensão - PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar.

O valor acima corrigido até a data da assinatura do termo passou a ser de R\$ 210.597. O saldo devedor estava sendo liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas, com amortização calculada pelo sistema Price, taxa de juros mensal de 0,39% (equivalente à taxa anual de 4,81%), acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Abaixo está demonstrado o saldo do Termo de Compromisso Financeiro após os registros contábeis acima mencionados:

TCF	30/06/2025	31/12/2024
Saldo inicial TCF	215.245	220.403
(-) Pagamentos	(4.053)	(15.302)
(+) Juros e atualização monetária	2.529	10.144
(-) Cancelamentos	(213.721)	-
Saldo devedor remanescente	-	215.245
Circulante	-	24.410
Não circulante	-	190.835

Cabe destacar que com o novo acordo com o Portus, o Termo de Compromisso Financeiro - TCF, firmado no Plano de Equacionamento de Déficit – PED, citado acima, ficaria automaticamente cancelado. Vide mais informações sobre este referido acordo no item (ii) abaixo.

(ii) A fim de regularizar a dívida vinculada ao Portus, a Companhia (Patrocinadora) firmou o termo de composição e ajuste da dívida – TCD. Neste referido termo, a Companhia assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 890.148 mil.

O saldo devedor está sendo liquidado em 144 (cento e quarenta e quatro) parcelas mensais e sucessivas, iniciadas no mês de abril de 2025, com amortização calculada pelo sistema Price de amortização, incorporando a taxa de juros mensal equivalente à taxa anual de 4,71%, acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Abaixo está demonstrado o saldo do termo de composição e ajuste da dívida após os registros contábeis acima mencionados:

TCD	30/06/2025	31/12/2024
Saldo inicial TCD	890.148	-
(-) Pagamentos	(64.243)	-
(+) Juros e atualização monetária	74.078	-
Saldo devedor remanescente	899.983	-
Circulante	98.162	-
Não circulante	801.821	-

As informações atuariais, de responsabilidade da empresa de consultoria Rofx Partners Consultoria em Gestão Empresarial Ltda., são as seguintes:

Base de dados:

	30/06/2025	31/12/2024
Participantes ativos (passivo principal)	204	204
Participantes assistidos / beneficiários em gozo de benefício	1.185	1.185
Aposentados	560	560
Pensionistas	625	625
Total de participantes	1.389	1.389
<i>Duration</i> da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	8,06	8,06

Premissas:

Premissas adotadas	30/06/2025	31/12/2024
Taxa de desconto (nominal)	10,91%	11,35%
Retorno esperado dos ativos do plano	10,91%	11,35%
Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%

Reajuste nominal do benefício	-3,50%	-3,50%
-------------------------------	--------	--------

Outras premissas atuariais materiais:

	30/06/2025	31/12/2024
Rotatividade projetada dos empregados	Não disponível	Não disponível
Tábua de mortalidade geral	AT-2000B (Male)	AT-2000B (Male)
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana desagravada em 20%	Grupo Americana desagravada em 20%
Tábua de mortalidade de inválidos	Winklevoss desagravada em 20%	Winklevoss desagravada em 20%
Composição familiar	Família Padrão Portus	Família Padrão Portus

Alteração na obrigação de benefício definido

	30/06/2025	31/12/2024
Obrigação de benefício definido no final do ano anterior	301.822	324.474
Custo do serviço atual	(17)	(13)
Custo dos juros	17.032	8.352
Benefício pago pelo plano	(24.936)	(14.219)
Contribuições do participante	3.986	2.021
Redimensionamento da obrigação	9.849	(18.793)
Efeito de mudanças nas premissas demográficas	-	(58)
Efeito de mudanças nas premissas financeiras	4.398	(18.632)
Efeito dos ajustes de experiência	5.451	(103)
Obrigação de benefício definido no final do ano	307.736	301.822

Reconciliação do valor justo do ativo do plano

	30/06/2025	31/12/2024
Valor justo dos ativos do plano no final do ano anterior	73.042	74.289
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	3.955	1.792
Contribuições do empregador	33.211	8.672
Contribuições do participante	3.986	2.021
Pagamentos de benefícios dos ativos do plano	(24.936)	(14.219)
Retorno sobre os ativos do plano (excluindo receita de juros)	(476.842)	487
Valor justo dos ativos do plano no final do ano	(387.584)	73.042

Montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis

	30/06/2025	31/12/2024
Obrigação de benefício definidor	(307.736)	(301.822)
Valor justo dos ativos do plano	(387.584)	73.042
(Passivo) / ativo líquido inicial	(695.320)	(228.780)
(Passivo) / ativo líquido reconhecido	(695.320)	(228.780)
Contrato reconhecimento débitos da empresa (TCD/TCF)	898.739	215.246
(Passivo) / ativo líquido adicional reconhecido	(898.739)	(13.534)

Reconciliação líquida do passivo (ativo) de benefício definido

	30/06/2025	31/12/2024
Valor líquido do passivo de benefício definido no início do ano	228.780	292.131
Custo do benefício definido incluído no resultado	13.060	26.321
Redimensionamento da obrigação de benefício definido	486.691	(55.867)
Contribuições do empregador	(33.211)	(33.805)
Passivo (ativo) líquido de benefício definido no final do ano	(695.320)	228.780

19 – Provisão para contingências

A Companhia constitui provisões para processos trabalhistas, cíveis e tributários a valores considerados pela Superintendência Jurídica como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis e estão compostas da seguinte maneira:

	Saldo inicial 01/01/2025	Condenações	Complemento	Reversão	Saldo final 30/06/2025
Ações trabalhistas	290.228	(104.371)	272.419	(23.142)	435.134
Ações cíveis	1.805.086	-	-	(1.552.476)	252.610
Ações tributárias	-	-	2.996	-	2.996
Totais	2.095.314	(104.371)	275.415	(1.575.618)	690.740

Segundo informações da Superintendência Jurídica da Companhia, as provisões são reconhecidas tendo como base as opiniões dos advogados sobre o valor a ser desembolsado em cada ação, considerando a fase processual em que se encontram, levando em conta os valores depositados e cálculos homologados. Os valores foram atualizados pelos índices dos respectivos tribunais em que tramitam as ações, acrescidos de juros de mora, conforme legislação vigente.

Levando em consideração o citado acima, a reversão das contingências cíveis está totalmente vinculada com o termo de composição e ajuste da dívida – TCD firmado com o Portus. Neste referido termo, a Companhia assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 890.148 mil, revertendo a contingência ora constituída no montante de R\$ 1.522.280 mil em 31 de março de 2025. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 18.

Os processos classificados como perda remota foram calculados com base nos pedidos apresentados na inicial, considerando o baixo risco de condenação ou já garantidos em juízo. Aqueles considerados como perda possível tiveram seus valores definidos com base na fase de conhecimento em processos com chances de recursos. Os processos classificados como perdas prováveis foram calculados com base na decisão em segunda instância, sem chance de reversão ou em fase de execução.

Destacam-se as seguintes ações classificadas, pela Superintendência Jurídica, com perdas prováveis:

Ações Trabalhistas

Processo	Parte	Tipo	Valor
0000665-56.2011.5.01.0461	Márcio Cândido de Oliveira	Reajuste salarial	16.414
0013900-50.2007.5.01.0067	Roberto Bianco	Adicional de risco	11.874
0002600-61.2005.5.01.0035	Edson Barcellos Lemes	Reajuste salarial	7.037
0001572-31.2011.5.01.0461	Amaro Luiz da Silveira	Adicional de risco	6.659
0001237-98.2012.5.01.0033	Ricardo de Oliveira	Danos morais, materiais	6.228

Ações Cíveis

Processo	Parte	Tipo	Valor
0044608-27.1994.4.02.5101	Dibens Leasing	Execução de título extrajudicial	189.150
0022386-50.2003.4.02.5101	Ministério Público Federal	Ação civil por danos ao erário	50.000
0264108-61.2014.8.19.0001	Município do Rio de Janeiro	Cobrança	13.000
5007404-08.2024.4.02.5101	União Federal	Imóvel	218
0007498-94.2005.4.01.3400	Torque S.A.	Contrato	118

19.1 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia possui outras contingências nas quais, conforme opinião dos advogados, as probabilidades de perdas são remotas ou até possíveis. Contudo, há contingências que, devido ao valor das ações, podem propiciar perdas relevantes à Companhia em R\$ 366.780 mil (R\$ 344.848 mil em 31/12/2024), sendo:

Ações trabalhistas	R\$ 175.042
Ações cíveis	R\$ 191.463
Ações tributárias	R\$ 275

Destacam-se as seguintes ações classificadas como perdas possíveis:

Ações Trabalhistas

Processo	Parte	Tipo	Valor
0100902-13.2024.5.01.0245	Tiago Malta de Ribeiro	Responsabilidade solidária	7.451
0100901-28.2024.5.01.0245	Tiago Malta de Ribeiro	Responsabilidade solidária	5.748
0102108-50.2017.5.01.0005	Manuel Rodrigues Calaca	VPNI e seus reflexos	3.028
0100974-74.2018.5.01.0062	Omar Martins Borges	VPNI e seus reflexos	2.528
0100751-82.2022.5.01.0062	Rosane Maria Caetano	VPNI e seus reflexos	2.321

Ações Cíveis

Processo	Parte	Tipo	Valor
0006641-54.2008.4.02.5101	DM Construtora de Obras Ltda.	Contrato	100.000
5037687-87.2019.4.02.5101	Multi-Rio Operações Portuárias	Movim. mínima contratual	60.030
5015851-87.2021.4.02.5101	Companhia Port. Baía Sepetiba	Ação de cobrança	19.298
0010847-49.2006.8.19.0001	TPAR Terminal Portuário Angra	Contrato	4.070
5098154-32.2019.4.02.5101	ICTSI Rio Brasil Terminal	Movim. mínima contratual	2.444

20 – Adiantamento para futuro aumento de capital

Trata-se de recursos aportados pela União destinados a programas de investimentos na Companhia, sendo que tais valores sofrem a incidência de atualização financeira com base na variação da Taxa SELIC até a sua capitalização, conforme Decreto nº 2.673/1998:

	30/06/2025	31/12/2024
AFAC atualizável	147.342	147.342
AFAC não-atualizável	-	77.174
Correção	185.392	165.320
Totais	332.734	389.836

Durante o terceiro trimestre de 2024, houve um novo aporte como adiantamento para futuro aumento de capital, advindo da Secretaria Nacional dos Portos (R\$ 190.012 mil), os quais serão destinados a programas de investimentos na Companhia, tendo sido classificado dentro do Patrimônio Líquido conforme disposto no parágrafo único do artigo 2º do Decreto 2.673 de 16 de julho de 1998. Além disso, durante o segundo trimestre de 2025 foram reclassificados o montante de R\$ 77.172 mil do passivo não circulante para o patrimônio líquido, os quais não sofriam incidência de atualização financeira e estão representados no quadro abaixo:

	30/06/2025	31/12/2024
AFAC não-atualizável	267.184	190.012
Totais	267.184	190.012

21 – Capital social

O capital social, no montante de R\$ 2.162.322 mil, em 30/06/2025 e em 31/12/2024 está representado por 1.076.487.907 ações:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais	Total
União	538.163.976	538.163.975	1.076.327.951
Estado do Rio de Janeiro	79.979	79.977	159.956
Totais	538.243.955	538.243.952	1.076.487.907

22 – Receita operacional líquida

O grupo está composto da seguinte maneira:

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Receita com arrendamentos	209.289	401.632	172.888	409.190
Receitas tarifárias	44.906	85.900	43.005	87.942
Impostos federais	(23.136)	(44.360)	(19.131)	(43.821)
Impostos municipais	(61)	(324)	(683)	(1.183)
Receita operacional líquida	230.998	442.848	196.079	452.128

A PortosRio tem movimentação diversificada, operando todas naturezas de carga: geral, granel sólido e granel líquido. O Porto do Rio é o que opera com a maior diversidade de cargas, sendo as principais o petróleo e seus derivados, trigo, produtos siderúrgicos, sal, gusa, veículos e cargas em contêineres. O Porto possui também um terminal de navios de cruzeiros. O Porto de Itaguaí, um dos maiores da América Latina, destaca-se pela movimentação de granéis sólidos minerais, sendo o minério de ferro o produto mais movimentado, operando também com contêineres, produtos siderúrgicos e carga geral. As operações do Porto de Niterói estão vinculadas à cadeia de petróleo, entretanto, de forma exclusiva. O Porto de Angra dos Reis caracteriza-se pelas operações de apoio marítimo a plataformas e outros empreendimentos em alto-mar, conhecidas como operações *offshore*.

No período de janeiro a junho de 2024, houve um aumento na receita com arrendamentos em decorrência da emissão de faturas visando a cobrança da movimentação mínima contratual – MMC, relativas ao não atingimento das metas estabelecidas para o exercício de 2023, o que não ocorreu na mesma proporção no período de janeiro a junho de 2025.

23 – Custos da operação

O grupo está composto da seguinte maneira:

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Pessoal e encargos	(27.301)	(55.642)	(25.365)	(49.524)
Manutenção	(7.617)	(13.043)	(6.426)	(10.757)
Serviços de terceiros	(20)	(1.230)	(584)	(822)
Depreciação e amortização	(4.603)	(11.238)	(10.117)	(20.419)
Provisões	(1.833)	(4.544)	(2.322)	(4.118)
Totais	(41.374)	(85.697)	(44.814)	(85.640)

Para os custos com pessoal e encargos, estes sofrem impacto de acordo coletivo com dissídio, bem como promoções. Para a depreciação e amortização, alguns itens cessaram sua depreciação no encerramento do exercício de 2024, impactando consideravelmente no período de janeiro a junho de

2025. Por fim, os outros valores desta rubrica estão em linha, sem grandes variações.

24 – Despesas gerais e administrativas

O grupo está composto da seguinte maneira:

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
			Reapresentado	Reapresentado
Pessoal e encargos	(27.249)	(66.417)	(38.533)	(75.688)
Manutenção	(14.859)	(21.908)	(6.508)	(10.840)
Serviços de terceiros	(697)	(1.599)	(430)	(758)
Legais, judiciais e contratuais	(532)	(968)	(789)	(3.090)
Impostos e taxas	(1.020)	(1.998)	(577)	(1.160)
Outras	(386)	(897)	(511)	(828)
Totais	(44.743)	(93.787)	(47.348)	(92.364)

A principal variação desta rubrica está vinculada com os valores registrados com pessoal e encargos, os quais sofrem impacto de acordo coletivo com dissídio, bem como promoções, contudo, cabe destacar que a variação negativa se deu pelos registros contábeis considerando o relatório atuarial, com impactos consideráveis no encerramento do período de abril a junho de 2025. Os outros valores desta rubrica estão em linha, sem grandes variações.

25 – Provisões contábeis líquidas

O grupo está composto da seguinte maneira:

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
PECLD	1.410	4.163	(1.248)	1.891
Provisão de férias	(356)	(543)	(349)	877
Provisão para o 13º salário	(2.235)	(4.480)	(1.999)	(3.818)
Provisão p/ FGTS do 13º salário	(138)	(277)	(123)	(236)
Provisão para contingências	(189.760)	1.313.369	(186.339)	(255.892)
Totais	(191.079)	1.312.232	(190.058)	(257.178)

Em relação à Provisão para contingências, a variação está representada pela reversão das contingências cíveis com o Portus, a qual está totalmente vinculada com o termo de composição e ajuste da dívida – TCD firmado com o Portus. Neste referido termo, a Companhia assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 890.148 mil. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 18.

26 – Outras receitas operacionais

O grupo está composto da seguinte maneira:

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Aluguel	5.216	10.354	3.656	8.129
Alienação de bens	-	8.096	-	60
Taxa administrativa	175	262	109	218
Saldo da dívida firmada com o Portus – TCF	-	147.730	-	-
Outras receitas operacionais	2	305	5.730	5.770
Totais	5.393	166.747	9.495	14.177

A principal variação está relacionada ao registro da baixa da dívida considerando o termo de composição e ajuste da dívida – TCD firmado com o Portus. Vide mais informações na nota explicativa nº 18.

27 – Outras despesas operacionais

O grupo está composto da seguinte maneira:

	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
Despesas contratuais - TCD Portus	-	(890.148)	-	-
Outras despesas operacionais	(7)	(8)	(2)	(2)
Totais	(7)	(890.156)	(2)	(2)

A principal variação está totalmente vinculada com o termo de composição e ajuste da dívida – TCD firmado com o Portus. Neste referido termo, a Companhia assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R\$ 890.148 mil, o qual foi registrado como despesa no período de janeiro a março de 2025. Vide mais detalhes na nota explicativa nº 18.

28 – Resultado financeiro líquido

O grupo está composto da seguinte maneira:

01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025	01/04/2024 a 30/06/2024	01/01/2024 a 30/06/2024
		Reapresentado	Reapresentado

Receitas financeiras sobre créditos	19.988	38.094	8.612	16.898
Variações monetárias ativas	1.246	3.183	5.501	8.584
Juros ativos	129	478	290	1.252
Descontos obtidos	-	-	2	103
Saldo da dívida firmada com o Portus – TCF	-	67.225	-	-
Outras receitas financeiras	8	21	-	-
Total receitas financeiras	21.371	109.001	14.405	26.837
Juros sobre encargos tributários	(19.883)	(35.051)	(8.357)	(18.779)
Despesas financeiras sobre créditos	(37.653)	(118.258)	(13.707)	(27.410)
Tarifas bancárias	(45)	(126)	(65)	(137)
Juros de mora	(5)	(15)	(173)	(261)
Multas e emolumentos diversos	-	-	-	(85)
Total despesas financeiras	(57.586)	(153.450)	(22.302)	(46.672)
Total resultado financeiro líquido	(36.215)	(44.449)	(7.897)	(19.835)

A principal variação está relacionada ao registro da baixa da dívida financeira considerando o termo de composição e ajuste da dívida – TCD firmado com o Portus. Vide mais informações na nota explicativa nº 18.

As despesas financeiras sobre créditos também sofreram o impacto do novo termo firmado com o Portus, que vem sendo atualizado por juros mensal equivalente à taxa anual de 4,71%, acrescido da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, além disso a amortização é pela tabela Price.

As demais receitas financeiras representam os juros nos recebimentos em atraso e as atualizações dos acordos, depósitos judiciais e demais valores a receber, bem como variações monetárias ativas vinculado a resgate de depósitos judiciais e descontos obtidos com fornecedores.

As demais despesas financeiras abrangem as atualizações de passivos, as despesas bancárias e a cobrança de multa e juros de mora pela realização de pagamentos em atraso.

29 – Cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o lucro

Segue a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	30/06/2025	30/06/2024 Reapresentado
Resultado líquido antes do IRPJ e CSLL	800.553	(1.769)
Adições		
Provisão para contingências	232.054	255.892
Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	365	1.307
Tributos federais - exigibilidade suspensa	58.137	-
Acordo com o Portus	890.148	-
Multas indedutíveis	27	-
Outras adições	11.510	-
Total	1.192.241	257.199
Exclusões		
Reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(4.529)	(3.198)
Reversão de provisão para contingências	(1.545.422)	-
Tributos federais - exigibilidade suspensa	(12.027)	-
Baixa valor original dívida Portus TCF	(147.730)	-
Efeitos do relatório atuarial - CPC 33	(1.368)	-
Outras exclusões	-	(10.625)
Total	(1.711.076)	(13.823)
Lucro ajustado	281.718	241.607
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL	(84.515)	(72.482)
Lucro real	197.203	169.125
IRPJ	29.580	25.369
Adicional de IRPJ	19.708	16.900
Provisão para o IRPJ	49.289	42.269
Provisão para a CSLL	17.749	15.221

30 – Transações com partes relacionadas

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada em sua página eletrônica. A política estabelece regras e consolida os procedimentos a serem observados pela Companhia quando da ocorrência de transações entre partes relacionadas, assegurando a competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade nas transações.

A política se aplica a todos os colaboradores e administradores da Companhia. As definições de partes relacionadas estão contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas. Dentre as transações realizadas pela Companhia com suas partes relacionadas, destacamos as seguintes:

Transações com o Tesouro Nacional: A Companhia celebrou contrato de cessão de créditos com o Tesouro Nacional no qual transferiu à União os direitos de créditos decorrentes do contrato de arrendamento C-DEPJUR Nº 069/98, de 23/10/98, celebrado com o arrendatário Sepetiba Tecon S.A.

O contrato possui vigência até 1º de outubro de 2025 e vem sendo recolhido pela arrendatária. A parcela atual é de R\$ 4.530 mil e o saldo a vencer totaliza R\$ 18.120 mil. A receita diferida deste contrato está registrada na rubrica “receitas diferidas” e apresentado na nota explicativa nº 17.

Transações com a Petrobrás: A Petrobrás opera no Porto do Rio de Janeiro em terminal privativo e com contrato de arrendamento transitório.

Quando opera em área privativa, a Companhia efetua pagamento das tarifas portuárias de acesso ao canal e de fundeio. Em relação ao arrendamento, são cobradas da Companhia as parcelas referentes às partes fixa e variável, além da recuperação do custo com energia elétrica e água. No período de abril a junho de 2025, o valor total faturado foi de R\$ 14.362 mil (R\$ 11.096 mil de abril a junho de 2024).

Transações com Cessionários: A Companhia cede mão de obra para as entidades públicas abaixo listadas:

Advocacia-Geral da União - AGU

Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT

Ministério de Portos e Aeroportos – MPA

Niterói Trânsito S.A.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

Os cessionários transferem à Companhia, mensalmente, a título de ressarcimento, os valores relativos aos gastos com os salários e demais benefícios. O valor total do ressarcimento no período de abril a junho de 2025 foi de R\$ 2.895 mil (R\$ 1.509 mil de abril a junho de 2024) e valor médio mensal foi de R\$ 965 mil (R\$ 503 mil de abril a junho de 2024).

Outras transações: A PortosRio mantém transações no curso de suas operações com outras entidades governamentais, tais como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, instituições financeiras com as quais opera regularmente com transações regulares de pagamentos, recebimentos e investimentos; Empresa Brasil de Comunicações – EBC, entidade responsável pelas publicações oficiais da PortosRio; e Companhia Docas do Pará – CDP e Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON, entidades que, atualmente, cedem empregados à PortosRio.

31 – Aprovação das demonstrações contábeis

A autorização, pela Diretoria Executiva, para a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu em 05 de setembro de 2025.

FLAVIO VIEIRA DA SILVA
DIRETOR-PRESIDENTE
CPF: 069.622.877-71

FRANCISCO LEITE MARTINS NETO
DIRETOR
CPF: 427.257.804-97

FERNANDO MEIRA JÚNIOR
DIRETOR
CPF: 022.656.997-72

ANA CAROLINA C. MARINHO DOS SANTOS
CONTADORA – CRC/RJ 111194/O-5
CPF: 114.068.827-80